

**RCD no RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.319 - SP (2016/0326987-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**REQUERENTE** : MARIO NARDUZZO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : THEREZA NARDUZZO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : GLAUBER ALBIERI VIEIRA E OUTRO(S) - SP303903  
**REQUERIDO** : ALVORADA CARTÕES CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A  
**AGRAVANTE** : ALVORADA CARTÕES CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A  
**ADVOGADO** : ÁLVIN FIGUEIREDO LEITE E OUTRO(S) - SP178551  
**AGRAVADO** : MARIO NARDUZZO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : THEREZA NARDUZZO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : GLAUBER ALBIERI VIEIRA E OUTRO(S) - SP303903

**DECISÃO**

Vistos etc.

MARIO NARDUZZO - ESPÓLIO requer a reconsideração da decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde deverão ficar suspensos pelo prazo de 24 meses, a contar de 5.2.2018, para eventual adesão das partes ao acordo homologado pelo STF, sob o fundamento de que a controvérsia tem origem em ação versando sobre diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes da implementação de planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II).

O requerente sustenta, em síntese, que a decisão proferida nos autos do RE 632.212/SP refere-se à suspensão das ações que tratam do Plano Collor II, não guardando relação com a presente ação de cumprimento de sentença que versa a respeito dos expurgos inflacionários do Plano Verão.

É o breve relatório.

Decido.

A decisão de e-STJ Fls. 486-488 limitou-se a dar cumprimento às providências determinadas pela 2ª Seção do STJ nas questões de ordem suscitadas no REsp 1.610.789/MT e no REsp 1.361.869/SP, quais sejam: (a)

suspender todos os processos, individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento, seja na de execução, que versem sobre cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, pelo prazo de 24 meses a contar de 5/2/2018, aguardando ainda o julgamento dos Recursos Extraordinários 632.212, 631.363, **626.307** e 591.797, com repercussão geral perante o STF, e (b) encaminhar às instâncias de origem todos os processos relacionados ao tema que estejam nesta Corte, mesmo que o recurso trate de questão processual ou que a parte tenha manifestado desinteresse no acordo.

Ademais, considerando o reconhecimento da repercussão geral da questão relativa às *"diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão"* nos autos do RE **626.307** (tema 264), não é possível compreender em que consiste a distinção pretendida pelo requerente.

De qualquer sorte, *"É firme o entendimento, no âmbito desta Corte de Justiça, de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aguardar-se o julgamento de matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral"* (AgInt no AgInt no REsp 1423253/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018).

Cita-se, ainda: AgInt no AREsp 1284307/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 13/12/2018; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018; AgInt no AgInt no AREsp 1163856/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 10/10/2018; AgInt no AREsp 1252924/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 13/02/2019; e AgInt nos EAREsp 1028571/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/05/2018, DJe 21/11/2018).

**Diante do exposto, não conheço do pedido.**

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

